

1 INTRODUÇÃO

Todos são iguais perante a lei. É o que estabelece o artigo 5º da Constituição Federal. No entanto, deparamo-nos com realidades distantes daquela prevista pelo nosso constituinte. Prova disso é o tratamento dispensado às mulheres trabalhadoras, em que a discriminação ainda é notadamente patente.

Há menos de cem anos, a mulher não tinha direito a voto no Brasil. Hoje, já ocupa a Presidência da República. Em pouco tempo, o dito “sexo frágil” ganhou seu espaço na sociedade e destaque no mercado de trabalho.

O avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades de as mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade.

Com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, abriu-se caminho para o ingresso da mulher na carreira militar-naval, com atuação na área técnica e administrativa, mais tarde efetivando a integração das militares femininas aos Corpos e Quadros da Marinha.

A mudança, entre outras inovações, permitiu, à mulher, igualdade de condições aos homens no acesso a promoções e cursos. O pioneiro Corpo Auxiliar Feminino foi extinto; a mulher passou a ficar, mais integrada, mais participante, inclusive, das decisões de alto nível da Marinha Brasileira.

2 A EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

2.1 O Desenvolvimento da mulher em geral

As convenções do início do século ditavam que o marido era o provedor do lar. A mulher não precisava e não deveria ganhar dinheiro. As que ficavam viúvas, ou eram de uma elite empobrecida, e precisavam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomendas, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano etc. Mas além de pouco valorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade. Mesmo assim algumas conseguiram transpor as barreiras do papel de ser apenas esposa, mãe e dona do lar, ficou para trás a partir da década de 70 quando as mulheres foram conquistando um espaço maior no mercado de trabalho.

O mundo anda apostando em valores femininos, como a capacidade de trabalho em equipe contra o antigo individualismo, a persuasão em oposição ao autoritarismo, a cooperação no lugar da competição.

As mulheres ocupam postos nos tribunais superiores, nos ministérios, no topo de grandes empresas, em organizações de pesquisa de tecnologia de ponta, pilotam jatos, comandam tropas, perfuram poços de petróleo e etc. Não há um único grupo masculino que ainda não tenha sido invadido pelas mulheres. Não há dúvidas de que nos últimos anos a mulher está cada vez mais presente no mercado de trabalho.

Este fenômeno mundial tem ocorrido tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, e o Brasil não é exceção. É importante, no entanto, ressaltarmos que a inserção da mulher no mundo do trabalho vem sendo acompanhada, ao longo desses anos, por elevado grau de discriminação, não só no que tange à qualidade das ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal do mercado de trabalho, mas principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres.

A mulher está buscando equilíbrio. O desafio advém do fato de na busca frenética por chegar lá, seja lá onde for, ela tem que entregar à sociedade e a si mesma, muitas qualidades. Isto tem um preço que ela paga sem pegar recibo. Assim caminhando, vai conquistando e deixando para trás os desafios, tendo clara noção de que não há bônus sem ônus. Tem os pés no presente com um olho ávido num futuro mais feliz para todos.

2.2 A participação da mulher no mercado de trabalho

Nas últimas décadas, um dos fatos mais marcantes ocorridos na sociedade brasileira foi a inserção crescente das mulheres na força de trabalho. Tudo indica que as mudanças já observadas na vida das mulheres produzirão reflexos profundos nas próximas décadas. Em vários campos, as mulheres já brilham mais do que os homens.

Estudos recentes comprovam um fenômeno que não obedece a fronteiras. Cresce exponencialmente o número de mulheres em postos diretivos nas empresas. Curiosamente, essa ascensão se dá em vários países, de maneira semelhante, como se houvesse um silencioso e pacífico levante de senhoras e senhoritas no sentido da inclusão qualificada no mundo do trabalho. Segundo alguns analistas, esse processo tem origem na falência dos modelos masculinos de processo civilizatório, talvez seja verdade. Os homens, tidos como superiores, promovem guerras, realizam atentados, provocam tumultos nos estádios, destroem o meio ambiente e experimentam a aflição inconfessa de viver num mundo em que a fibra ótica substituiu o cipó. Quando já não se necessita tanto de vigor físico para a caça, vale mais o conhecimento que permite salgar ou defumar a carne, de modo a preservá-la por mais tempo.

No Brasil, as mulheres são 41% da força de trabalho, mas ocupam somente 24% dos cargos de gerência. O balanço anual da Gazeta Mercantil revela que a parcela de mulheres nos cargos executivos das 300 maiores empresas brasileiras subiu de 8%, em 1990, para 13%, em 2000. No geral, entretanto, as mulheres brasileiras recebem, em média, o correspondente a 71% do salário dos homens. Essa diferença é mais patente nas funções menos qualificadas. No topo, elas quase alcançam os homens. Os estudos mostram que no universo do trabalho as mulheres são ainda preferidas para as funções de rotina. De cada dez pessoas afetadas pelas lesões por esforço repetitivo (LER), oito são mulheres. Segundo uma pesquisa recente feita por um grupo, as mulheres conquistam cargos de direção mais cedo. Tornam-se diretoras, em média, aos 36 anos de idade. Os homens chegam lá depois dos 40. No entanto, essas executivas ganham, em média, 22,8% menos que seus competidores de colarinho e gravata. A boa notícia é que essa diferença nos rendimentos vem caindo rapidamente. Por estar a menos tempo no mercado, é

natural que elas tenham currículos menos robustos que os dos homens. A diferença nos ganhos tende a inexistir em futuro próximo.

Em 1991, a renda média das brasileiras correspondia a 63% do rendimento masculino. Em 2000, chegou a 71%. As conquistas comprovam dedicação, mas também necessidade. Em 1991, 18% das famílias eram chefiadas por mulheres. Segundo o Censo, essa parcela subiu para 25%. Das 10,1 milhões de vagas de trabalho abertas entre 1989 e 1999, quase 7 milhões acabaram preenchidas por mulheres. As pesquisas revelam que quase 30% delas apresentam em seus currículos mais de dez anos de escolaridade, contra 20% dos profissionais masculinos.

Segundo o Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), houve crescimento da taxa de atividade para as mulheres em todas as faixas etárias. A pesquisa revela ainda que no ano passado não ocorreu mudança no perfil etário da População Economicamente Ativa (PEA) feminina. Em 2001, 30% da PEA feminina correspondiam às mulheres com 40 anos ou mais; 40% àquelas entre 25 e 39 anos; 23% às jovens de 18 a 24 anos; 5% as de 15 a 17 anos; e apenas 1% às que tinham entre 10 e 14 anos. É evidente que a sociedade não se adaptou à revolução silenciosa representada pela firme determinação das mulheres de ocupar maciçamente o mercado de trabalho e nele ter tanto êxito quanto os homens.

2.3 Lutas e conquistas

A expectativa é de que neste século, pela primeira vez na história, as mulheres superem em número os homens nos postos de trabalho. Se souberem aproveitar isso, capitalizando oportunidades emergentes, o impacto no mercado de trabalho será, de fato, singular. Significa o rompimento de uma forte estrutura, as hierarquias empresariais moldadas pelos homens a partir da Era Industrial. A mulher da atualidade nem de longe tem o mesmo perfil daquelas que encontravam realização trabalhando nas linhas de produção. Atualmente, os líderes ainda são os homens. São eles que mandam e detêm a vantagem no jogo. A própria estrutura social deu margem a esta tal divisão de trabalho. A regra é clara: homens são os que mandam e mulheres, as subordinadas.

Em contrapartida, o século 20 mostrou a chamada inversão de papéis, ou seja, as mulheres conquistando maior destaque no competitivo mundo dos negócios

e os homens, por sua vez, assumindo a manutenção do lar e o cuidado com as crianças. Mas se as mulheres desejarem sair vencedoras nesta empreitada terão de dominar as regras que eles criaram.

Hoje o perfil das mulheres é muito diferente daquele do começo do século. Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade, assim como os homens, ela aglutina as tarefas tradicionais: ser mãe, esposa e dona de casa.

Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente das mulheres. Ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas. Apesar da evolução da mulher dentro de uma atividade que era antes exclusivamente masculina, e apesar de ter adquirido mais instrução, os salários não acompanharam este crescimento. Conforme o salário cresce, cai a participação feminina. Entre aqueles que recebem mais de vinte salários, apenas 19,3% são mulheres. Embora exista uma certa discriminação em relação ao trabalho feminino, elas estão conseguindo um espaço muito grande em áreas que antes era reduto masculino, e ganhou o respeito mostrando um profissionalismo muito grande.

O grande desafio para as mulheres dessa geração é tentar reverter o quadro das desigualdades. Pelo menos, elas já provaram que além de ótimas cozinheiras, podem também ser boas motoristas, mecânicas, engenheiras, advogadas e sem ficar atrás de nenhum homem. Já está mais do que provado que as mulheres são perfeitamente capazes de cuidar de si, de conquistar aquilo que desejam e de provocar mudanças profundas no curso da história.

3 CONTEXTO HISTÓRICO

3.1 História da mulher na Marinha do mundo

Por séculos, a batalha para superar os elementos naturais e navegar pelos oceanos do mundo tem sido descrita como uma incrível batalha entre homem e mar. Entretanto, as mulheres tiveram uma participação muito maior na história marítima do que realmente é contado.

A verdade é que o papel das mulheres foi muito mais complexo do que o suposto. Entretanto, a presença delas só aparece em cartas particulares, jornais ou documentos de corte marcial, já que as mulheres não eram registradas nos “Official Muster Books”. Falta-nos, portanto, documentos que tenham registrado suas façanhas, contando que nenhum dos jornais ou cartas que foram escritas sobreviveu.

O fato é que a partir do ano de 1587, sucessivos regulamentos foram emitidos proibindo a presença de mulheres a bordo de qualquer navio, prevendo sérias punições para aqueles que descumprissem as ordens dadas; contudo, existem fortes evidências que essas regras foram amplamente ignoradas. É claro que servir no mar em um moderno navio de guerra com alta-tecnologia é totalmente diferente dos antigos meios de navegação, que exigiam certo nível de brutalidade até mesmo para o menor das escaramuças. E mesmo assim, as mulheres estavam lá. Tratar feridas, realizar amputações, ajudar o cirurgião, eram algumas de suas terríveis tarefas, em que eram usadas quantidades infinitas de rum e conhaque, alternativas arcaicas de anestesia comum a bordo. Por outras vezes, as mulheres também eram úteis para carregar a pólvora, e até manusear as armas.

Existem ainda evidências, que datam do início do século XVIII e XIX, em que mulheres se disfarçaram de homens para servirem no mar. William Prothero, um reservado marinha a bordo do navio “Amazon” foi descoberto como uma garota galesa de 18 anos de idade que quis seguir seu amor pelo mar. Também, de um documento da corte marcial do ano de 1807, foi descoberta Elizabeth Bonden, chamada de “the little female tar”, que serviu a bordo do “Hazard” por 8 meses. Outras fabulosas personagens incluem Hannah Snell, que serviu por pelo menos 5 anos como um marinha, soldado e até como Fuzileiro Naval no Royal Navy; e

ainda, Anne Bonney, que casou e foi para o mar com um navegador e mais tarde, o deixou por um pirata conhecido como “Calico Jack”.

As mulheres também estiveram presentes na Batalha do Nilo (1798), e algumas delas chegaram até a ser condecoradas com a Medalha Comemorativa por terem manuseado armas durante a ação. A partir do século XIX, era também usual que os Almirantes em serviço levassem suas esposas para bordo com eles. Os Oficiais também podiam fazê-lo e inclusive a tripulação de postos inferiores era permitido ter as esposas ao lado durante viagem.

Outro vestígio da presença das mulheres a bordo surge também através das condecorações das medalhas do “British Naval General Service” que foram dadas a todos aqueles que presenciaram certas ações navais. Daniel “Tremendous” McKenzie, assim nomeado por ter nascido no HMS Tremendous em 1794, aparece na lista de medalhas como um bebê, enquanto que seu habilidoso pai também aparece e a mãe não.

Foi só nos primórdios de 1811 que as mulheres começaram a servir oficialmente na “Marinha dos Homens”, primeiramente como enfermeiras. E no princípio do século XX as pesadas perdas de quantitativo de homens devido á 1ª Guerra Mundial geraram uma demanda de mulheres para trabalharem em terra no lugar de homens hábeis para a batalha, de forma que estes fossem mandados a guerra. Nos EUA as mulheres eram convocadas com a frase: “Free a man to fight”; o que em português claro significa: “Liberte um homem para lutar”. Já o Almirantado Britânico criou o Women’s Royal Naval Service (WRNS) que usava um logo similar: “Free a man for seaservice”. Os números cresceram rapidamente para mais de 6000 alistadas, compreendendo mais de 100 tipos de trabalhos diferentes, muitos dos quais originalmente eram considerados difíceis para as mulheres. O WRNS existiu só por 19 meses, mas com a deflagração da Segunda Guerra Mundial foi rapidamente reformado e teve seu pico em 1944, com mais de 74000 mulheres trabalhando. O WRNS tornou-se um serviço permanente em 1947. Nos EUA, as WAVES (Women Accepted for Volunteer Emergency Service) e as mulheres da Guarda Costeira tornaram-se parte vitalícia da máquina de guerra americana.

3.2 Histórias da mulher na Marinha do Brasil

Assim como no mundo, o espaço para as mulheres nas Forças Armadas do Brasil se ampliou com a importância crescente e atual dependência da guerra na tecnologia.

No Brasil, tudo começou com a criação, em 1980, do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, destinado a receber todas as militares femininas da Marinha, independentemente de suas especialidades, sendo, portanto, composto de vários Quadros de Oficiais e do Corpo Auxiliar de Praças. Era um corpo separado, uma experiência pioneira nas Forças Armadas brasileiras, até com alguns uniformes diferentes dos tradicionais da Marinha. Ao longo dos 30 anos de presença da mulher militar na Marinha do Brasil, elas produziram resultados notáveis, que preencheram lacunas e trouxeram grandes benefícios.

O Corpo Auxiliar Feminino foi extinto em 1997, na gestão do então Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Mauro César Rodrigues Pereira, foi realizada uma estruturação geral dos Corpos e Quadros da Marinha e com isso, as militares integradas a diversos corpos existentes, em igualdade de condições e oportunidades com os homens. Esta reestruturação proporcionou ainda uma evolução para as mulheres, ao permitir sua admissão nos Corpos de Engenheiros e de Intendentes; nos Quadros de Médicos, de Cirurgiões-Dentistas, de Apoio à Saúde, Técnico e Auxiliar de Praças e do Quadro de Música do Corpo de Praça de Fuzileiros Navais e suas respectivas especialidades. Os uniformes, antes diferentes, também mudaram para modelos bem semelhantes aos tradicionais – o azul-marinho, o branco e o cinza – preservando, porém, a feminilidade.

As mulheres conseguiram se integrar e atualmente participam ativamente de diversas tarefas, contribuindo para que a Marinha se prepare para a guerra e alcance permanentemente a eficácia desejada para manter o nível de dissuasão necessário à preservação dos interesses nacionais brasileiros. Algumas foram pioneiras: receberam medalhas importantes; viajaram para locais remotos; comandaram Organizações Militares; participaram e gerenciaram projetos e construções de navios de guerra e de outras obras difíceis e, assim, mostraram competência, liderança, capacidade administrativa e coragem.

3.3 Histórias da mulher na Marinha Mercante Brasileira

Com a entrada das mulheres na Marinha do Brasil, abriu-se também a porta para a Marinha Mercante brasileira. Porque se cada vez mais a inteligência e a habilidade se tornam mais importantes que a força bruta na guerra, no transporte e comércio, também não deixaria de ser igual, tendo em vista que os navios mercantes da atualidade são dotados de alta tecnologia que requerem somente conhecimento e prática para serem manobrados. Essas são as qualidades que não faltam ao sexo feminino, o que as faz bem-vindas.

O Centro de Instrução Braz de Aguiar (CIABA) foi o primeiro a abrir suas portas. Em 1998, 14 mulheres realizaram seu juramento à bandeira no campo de formatura do Centro, ingressando oficialmente para a Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM)

No dia 30 de abril, realizou-se no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), em cerimônia presidida pelo Diretor Geral de Navegação, o juramento à bandeira dos alunos do 1º ano da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM), que integram a Turma CLC RUY DE LOURDES DA CUNHA E MENEZES. Essa turma, com 82 alunos, se destaca por ser a primeira desse Centro de Instrução a contar com distintas representantes do sexo feminino e será, também, a primeira a formar mulheres como Oficiais da nossa Marinha Mercante, no Século XXI. As seis novas alunas já demonstraram o seu potencial ao aprovadas e classificadas no concurso de admissão à EFOMM, realizado em 1997, concorrendo às vagas oferecidas em igualdade de condições com dezenas de outros candidatos, na sua maioria rapazes.

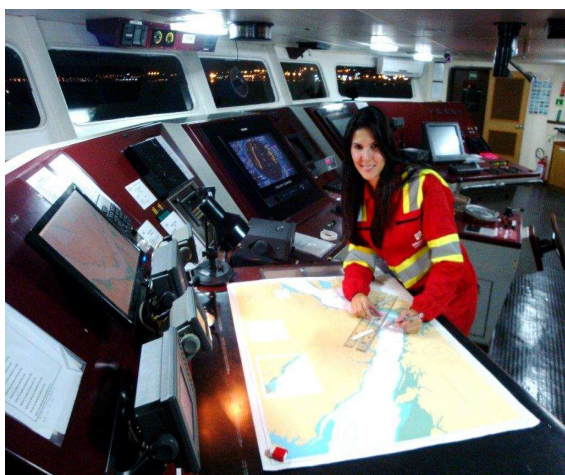
Desde o início do ingresso das mulheres nas Escolas de Formação, não foi efetuado nenhuma modificação ou adaptação dos currículos da EFOMM em função do ingresso das novas alunas. As mulheres realizaram e realizam todas as atividades programadas mostrando-se perfeitamente adaptadas.

Já no mercado de trabalho, as primeiras oficiais que chegaram desbravaram os mares revoltos do preconceito e do ceticismo em relação às suas capacidades profissionais, tornaram-se altamente qualificadas, ganharam respeitabilidade e mostraram com competência, a capacidade de galgar portos de grande responsabilidade.

É verdade que as pioneiras serviram um pouco de cobaias, foram testadas em todos os sentidos, profissional e emocionalmente, além dos testes de resistência física. Entretanto receberam gratificações por exercerem as mesmas funções que os homens e mostrarem que são capazes. Além disso, abriram caminho para que um novo campo de trabalho se descortinasse para a posteridade. Apesar de entrar em um ambiente de trabalho estritamente masculino até 1998 - ano em que as escolas de formação abriram suas portas ao sexo feminino - hoje elas ocupam cargos importantes e lutam para impor respeito em um ambiente totalmente novo.

"Há situações em que temos que falar com imposição. Muitos homens não gostam de receber ordens de uma mulher, ainda por cima maquinista e recém-formada", diz Isis dos Santos Borges. Ela tornou-se em 2002 a primeira oficial maquinista da Marinha Mercante brasileira. Ocupando o posto de segundo oficial de máquinas no navio "full contêiner" Aliança Brasil, com capacidade para 2.164 contêineres - um dos maiores do Brasil na época - e uma tripulação composta por 21 profissionais (19 deles homens), Isis diz que apesar de tudo o convívio em geral "é normal e respeitador"

Hoje com mais de dez anos da presença feminina a bordo dos navios mercantes, podem ser citados inúmeros exemplos de mulheres bem-sucedidas e que já ocupam cargos de grande importância e comando.



Praticante Juliana no Passadiço



2OM Fernanda Nunes na Praça de Máquinas

4 AS PIONEIRAS

4.1 A primeira mulher práctico no Brasil

A dureza da vida no mar não é exclusividade dos homens, no Brasil é bem recente a chegada da mulher no mercado de trabalho aquaviário. No ano de 2010, um fato histórico e marcante acontece no Brasil. O mar do nosso território nacional recebe a primeira mulher a ser tornar práctico, profissão essa que requer muita responsabilidade e dedicação, atributos essenciais na mulher. A 1ON Fernanda Letícia da Silva, formada no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) no ano de 2004, dá mais um passo na trajetória de sua vida.

A vida profissional de Letícia Silva começa a tomar rumo aos 17 anos, quando resolve ingressar a Escola de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) situada no Rio de Janeiro. Depois de formada e como 2ON, Letícia Silva se encanta cada vez mais pela profissão, começa a galgar novos postos dentro dos navios chegando a despachar com a função de Imediato em um navio ro-ro.

Com dedicação e força de vontade, Letícia Silva se empenha é aprovada no concurso para praticante de práctico. Em 26 de Março de 2010, depois de muitos treinos e manobras realizadas, a Praticante de Prático Fernanda Letícia da Silva é aprovada no exame para práctico de porto em Santos, após realizar uma manobra de atracação com giro do navio F.D. Salvatore Pollo, graneleiro de bandeira italiana com 225 metros de comprimento e 11,26 metros de calado, ao Terminal de Graneis do Guarujá (TGG).

A Portaria nº12 da Capitania dos Portos de São Paulo definiu o grau de dificuldade das manobras a serem realizadas para o Exame de Habilitação para práctico, todas devendo ser de atracação incluindo giro do navio no canal. Os praticantes aprovados no exame começaram a exercer a nova função a partir de 01 de abril, quando Letícia se tornou a primeira mulher prática de porto do Brasil.

O trabalho no mar era pouco e Letícia Silva se dedicava também a atividades extracurriculares em terra tanto para a Marinha Mercante, quanto para a Marinha do Brasil. Em 2006, teve seu trabalho reconhecido, foi condecorada com a medalha Mérito Tamandaré, ainda como Praticante de Oficial de Náutica. Além disso, idealizou também o concurso literário 2ON Letícia Silva, o qual tem como objetivo estimular a pesquisa e escrita sobre assuntos relativos à história das Marinhas

Mercante e de guerra do Brasil, além de integrar cada vez mais ambas, contando com a presença e a integração entre os Alunos das EFOMM e os Aspirantes da Escola Naval (EN).

A aprovação de Letícia Silva foi um ponta pé inicial para que outras mulheres se tornassem práticas. Hoje no Brasil, a cerca de sete mulheres trabalhando como prática nos mais importantes portos, contribuindo para a segurança do tráfego aquaviário, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção da poluição hídrica.



Concurso Literário – 2ON Letícia Silva

4.2 A primeira mulher Comandante da Marinha Mercante no Brasil

O ingresso da paraense Hidelene Lobato Bahia na Marinha aconteceu por acaso, em 1997, quando concluiu sua graduação de Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Hidelene decidiu acompanhar seu irmão no concurso da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) como forma de incentivá-lo e para sua surpresa, conseguiu ser aprovada em 24º lugar no concurso passando a integrar o primeiro quadro feminino do órgão. Com ela mais treze mulheres aspirantes a oficial de Máquinas e de Náutica tinham o desafio de romper paradigmas e disputar posição de destaque nas salas de aula do CIABA.

Foi em 2000 que Hildelene se formou. Ela narra que ela e sua mãe a princípio ficaram assustadas, pois ela teria que abrir mão do curso de Ciências Contábeis que estava concluindo para ingressar numa carreira nova e ainda desconhecida para as mulheres. No começo sentiu certa resistência por parte dos alunos que não aceitavam a presença de mulheres na sala de aula. Mas que o esforço valeu a pena.

A oportunidade de estágio surgiu na Transpetro quando cursava o último ano da EFOMM. Hildelene conta ainda que seu primeiro embarque foi inesquecível, que o petroleiro estava no estaleiro e todo mundo parou de trabalhar para vê-la subindo a bordo, afinal era uma mulher! Durante o período de cinco anos, Hildelene exerceu diferentes atribuições a bordo do navio petroleiro *Lorena BR*, acumulando experiência e prática necessárias para o desafio que estaria por vir. Mas ela lembra que durante seu período de embarque sentiu muita falta da família e do namorado, seu grande incentivador.

O convite para assumir o segundo posto na hierarquia chegou em 2005 e com ele a superação de barreiras. “Havia um preconceito generalizado muito arraigado por se tratar de uma área de domínio exclusivamente masculino, mas isso foi superado. O apoio e a colaboração da tripulação que me acompanhou me encorajaram e hoje agradeço aos que confiaram e acreditavam em mim”.

Tendo sido também a primeira Imediato brasileira em navios de grande porte reconheceu a relevância da função dizendo: “A figura do imediato é primordial, uma vez que é o elo responsável entre o comandante e a guarnição. Apesar das dificuldades, é uma função dignificante. Aprendemos a vencer as barreiras constantemente”.

Desde que se formou seu sonho era ser comandante. Sendo assim, no dia 28 de setembro de 2009 a Capitã de Cabotagem Hildelene Lobato Bahia assumiu o comando no NT Carangola, da Transpetro. A partir de então ela passou a ter sob seu comando e inteira responsabilidade um navio de grande porte.

A solenidade de posse, que reuniu autoridades civis e militares e diversas personalidades do setor marítimo, aconteceu no Píer Mauá, Rio de Janeiro.

Durante seu discurso, mais uma vez Severino Almeida alertou o governo federal sobre a importância de despertar para as necessidades das companheiras de proteção e de legislação própria para cuidar das especificidades das mulheres nessa profissão, como a maternidade.

Já o Comandante da Marinha, Almirante-de-esquadra Moura Neto salientou que a Oficial Hildelene é um símbolo, já que é a primeira Comandante da Marinha Mercante.

E segundo a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, Nilcéia Freire, esta nova etapa na carreira da CCB Hildelene é o sinal de novos tempos no país.

Dessa maneira, o Brasil começa a se alinhar com os países mais modernos quando não exclui a mulher dos altos postos dos diversos setores da sociedade.

Esta posse significa também a consolidação da democracia brasileira, já que o regime no Brasil é representativo; e, para isso, as mulheres precisam ter as mesmas condições dos homens. Mas este processo ainda está em andamento, visto que um estudo divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) detalhou o que é de amplo conhecimento para grande parte da população: as mulheres brasileiras trabalham mais e ganham menos do que os homens brasileiros.

Aluna da primeira turma de mulheres do CIABA, em 1998, Hildelene acredita que homens e mulheres são iguais e não têm limites para o crescimento profissional. E ainda declara que seu maior sonho é ser uma boa Comandante.

Com mais de 1700 dias de mar e 486 mil milhas navegadas, Hildelene serve de inspiração para as novas gerações e abre portas para as mulheres que podem assumir o Comando de um navio.



Hildelene Lobato Bahia

5 A MULHER DESAFIANDO O MAR

5.1 Problemas enfrentados pelas mulheres a bordo

No Brasil, os itens de maior preocupação no que tange a presença da mulher no mercado de trabalho tratam de preconceito, sexismo, assédio moral e discriminação salarial.

Em um levantamento recente, a ITF revelou que uma em cada cinco mulheres brasileiras sofre algum tipo de preconceito. Essa mentalidade acarreta para as trabalhadoras perspectivas profissionais menores e falta de oportunidades de promoção.

Em 2005, um estudo realizado pelo Fórum Econômico Mundial em 58 países constatou que a Costa Rica é o único país latino-americano que aparece na relação das 20 nações com menor diferença de tratamento entre homens e mulheres. A pesquisa considera questões como o acesso à educação e à saúde, participação política e econômica e oportunidades de trabalho. O Brasil encontra-se na 51ª posição do ranking.

Por ocasião do Dia Internacional da Mulher – 2010, o Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou um documento mostrando que as desigualdades de gênero e raça são aspectos estruturantes da desigualdade social brasileira e fortalecem os mecanismos de exclusão. Para a OIT a promoção de igualdade de oportunidades e tratamento é prioridade no Brasil.

Entretanto o mercado está passando por uma fase de renovação. A mulher hoje está mostrando que é capaz de atuar em quase todos os campos. A participação da mulher no mercado de trabalho ou procurando emprego era inferior a 30% nos anos de 1970. Hoje a presença feminina corresponde a 45% da população ocupada no país – e há três em cada cinco vagas em universidades. Ainda assim, as mulheres precisam sempre provar para alguém sua capacidade e que não apenas sabem executar a tarefa, mas que sabem desempenhá-la com destreza.

O mesmo acontece a bordo dos navios mercantes. Problemas como preconceito, sexismo e assédio moral são agravados pelo isolamento característico da profissão. Existe ainda o consenso de que a adoção de bandeiras de conveniência contribui para agravar a desigualdade no tratamento dispensado as

mulheres, enquanto que, de um modo geral, a mão-de-obra feminina é favorecida ao embarcar com tripulação brasileira. Pois isso evita o choque cultural de comportamento entre homens e mulheres de origens diferentes. E na seção de máquinas o preconceito ainda é maior porque ninguém consegue imaginar uma mulher com as mãos cheias de graxa e despenteada. Os homens acham que as mulheres não são capazes. Como já dito, as mulheres precisam sempre provar o seu valor.

Mas quando se trata de discriminação salarial, o Sindicato dos Oficiais da Marinha Mercante (SINDMAR) atua fortemente na fiscalização para evitar qualquer tipo de distorção. Segundo depoimentos de oficiais em atividade, o valor pago a homens e mulheres que exercem a mesma atividade não sofre diferenciação. A média salarial paga a categoria é de aproximadamente R\$7000,00. Considerando-se esse quesito a Marinha Mercante está um passo à frente do país. Já que segundo estudo divulgado pela OIT, num contexto geral, as mulheres brasileiras trabalham mais e ganham menos do que os homens.

É absolutamente necessário que o governo brasileiro crie, através da Previdência Social, mecanismos jurídicos que contemplem a mão-de-obra marítima feminina, que aumenta a cada ano, desempenhando um importante papel no processo da retomada do desenvolvimento da indústria naval e da Marinha Mercante Brasileira.

5.2 A gravidez / maternidade a bordo

5.2.1 A necessidade de uma legislação da mulher gestante

A falta de mecanismos legais que protejam as trabalhadoras em casos de gravidez é um sério obstáculo para inserção da mão de obra feminina na indústria marítima. Com a história recente da abertura de vagas para mulheres nas Escolas de Formação da Marinha Mercante, o hábil desempenho das mulheres na atividade marítima tem sido uma demonstração da força de vontade e da competência que impulsionam aquelas que escolheram o mar como um meio de vida. Como se não bastassem todos os obstáculos vencidos na conquista pelo respeito em um mercado de trabalho antes predominantemente masculino, as marítimas, em determinado momento de suas vidas, terão de lidar com outra questão fundamental e de difícil

manejo, já que ainda não é contemplada pela legislação brasileira: a gravidez das tripulantes.

Situações especiais na vida da profissional aquaviária, como a maternidade, requerem leis específicas que garantam o bem-estar da gestante e do bebê. Tal condição exige cuidados especiais, como consultas mensais de pré-natal, alimentação balanceada, enfim, uma vida saudável e equilibrada, tanto física quanto emocionalmente; podendo proporcionar também algumas surpresas, como o nascimento de natimorto, abortos espontâneos, nascimento antecipado a partir do sexto mês de gestação, ou, ainda, outras situações imprevisíveis como queda ou mal-estar próprio da gravidez.

O fator preocupante é que a bordo de navios não há estrutura para socorrer ou mesmo fazer um parto. O confinamento, esforço físico, a exposição às altas temperaturas e ao ruído, bem como o balanço ininterrupto – aspectos inerentes para quem vive da atividade marítima, e fatores que definem um ambiente de risco para o desenvolvimento de um feto ainda não foram observados com minúcia pelos legisladores brasileiros. De acordo com a atual legislação trabalhista, a marítima brasileira não tem como usufruir o direito de amamentar o bebê até o sexto mês, já que o período de licença é inferior a este.

Outra questão relacionada à gravidez da aquaviária é a remuneração durante o período de gestação. O Instituto Nacional do Seguro Nacional, INSS, determina que a partir do oitavo mês de gestação a mulher pode contar com o salário-maternidade, diante disso, as marítimas questionam como será feita a remuneração antes desse período se estiverem desembarcadas em virtude da gravidez. Uma medida debatida seria transferência das profissionais qualificadas para um cargo administrativo em terra durante a gravidez.

O INSS alega que a gravidez não é sinônimo de incapacidade laboral, apesar do ambiente de bordo ser arriscado à gravidez, e o armador entender ser impraticável arcar com o custo e os procedimentos de transferência de uma profissional qualificada para um cargo administrativo em terra durante a gestação.

Diante disso os países com tradição marinheira preveem legislação específica para as mulheres. Na Noruega, certamente possuidora de uma das mais avançadas legislações para este caso, a licença maternidade vai muito além das 17 semanas previstas na legislação brasileira. Lá a gestante marinheira e futura mamãe tem

licença maternidade durante 59 semanas com pagamento integral pelo Estado ou, se preferir, 62 semanas com 80% de sua remuneração.

Em vista disso, no ano de 2006 a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal aprovou um projeto que oferece incentivos fiscais às empresas que prorrogarem a licença-maternidade de quatro meses para seis meses, este foi aprovado pela Câmara dos Deputados e sancionado pelo Presidente da República. Então, no ano de 2008, entrou em vigor a lei 11.770/08, que amplia a licença maternidade em dois meses, recebe o apoio de especialistas no que diz respeito à saúde e desenvolvimento da criança. A lei traz como característica a facultatividade, tanto para a empresa quanto para a funcionária. Contudo, esse caráter limita o direito da mulher, já que, para ter acesso ao benefício, ela depende da escolha do empregador em participar do Programa Federal, ou seja, é um benefício e não um direito.

O descaso com a mulher cai novamente naqueles preconceitos machistas de anos atrás. Ser reprodutora e aguentar as consequências de carregar uma criança tornam as mulheres ainda mais fortes. Só que claramente com alguns prós. Em vista disso uma legislação específica seria o mínimo, e nem isso possuímos. Não é pedir demais ser reconhecida como mulher e ter sim direitos perante a tudo que passamos. Cabe às mulheres continuarem lutando por um ideal.

5.2.2 A importância da luta sindical

Sem adentrar na questão da igualdade de direitos e oportunidades para ambos os sexos, seria adequado observar que a participação da mulher num ambiente altamente competitivo e tenso pode dar uma contribuição significativa à humanização do trabalho nos navios mercantes, sendo o elo indispensável para tornar o ambiente a bordo mais próximo daquele convívio social que habitualmente o marítimo participa quando desembarcado.

A gestante embarcada é uma questão que precisa de um estudo mais detalhado, dessa maneira o Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante – SINDMAR tem envidado esforços junto às categorias que representa em prol dessa realização. Com isso, mais do que nunca, a maternidade e o trabalho embarcado se tornaram preocupação prioritária desse sindicato. É imprescindível essa

preocupação, para que as mulheres possam exercer seu trabalho a bordo com mais tranquilidade.

A representação sindical tem se mobilizado em ações político-sindicais para encontrar uma solução para os aspectos que envolvem a gravidez das tripulantes e atendendo às expectativas de suas associadas, que mais cedo ou mais tarde poderão estar diante desta situação, bem como procurando dar uma adequada resposta à preocupação das empresas quanto ao custeio da manutenção da empregada por motivo de gravidez; está articulando junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, segundo reportagens recentes, o estabelecimento de procedimentos que garantam o pagamento pelo INSS por conta desta temporária incapacidade laboral durante o período da gestação.

Inicialmente, o SINDMAR busca junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social uma prática similar ao que ocorre com as profissionais da aviação civil, que temporariamente interrompem seus vôos quando constatada a gravidez. O SINDMAR espera que o órgão tenha a indispensável sensibilidade social, preservando assim a saúde da mãe e de seu bebê e evitando a discriminação da Oficial Mercante no mercado de trabalho pelo fato das empresas de navegação recuar o custeio de necessário e temporário afastamento de bordo das trabalhadoras gestantes.

A luta Sindical como em qualquer lugar traz uma grande diferença ao modo de trabalho e todas as ações nele realizados. Compete às mulheres mercantes continuarem com esta luta e cada vez mais impor sim, seus direitos, necessidades e vontades. Visto que profissão marítima nasceu sim de homens, todavia é muito bem exercida pelo sexo feminino.

5.2.3 As dificuldades e os grandes medos de ser mãe

O conceito de direitos sexuais e reprodutivos nasceu no início dos anos 80 como “estratégia discursiva” das feministas na prática política, visando reivindicar garantias legais e políticas de igualdade, liberdade e justiça social no exercício da sexualidade e da função reprodutiva (CORREA; BETÂNIA, 2003, p.27). A expressão tem forte caráter de contestação às leis e modelos autoritários e restritivos de assistência à saúde da mulher. As principais reivindicações femininas estão relacionadas aos direitos ao aborto seguro e legal, à igualdade entre os gêneros no

que diz respeito às responsabilidades contraceptivas e reprodutivas, o acesso à informação e aos meios para o controle da própria fecundidade, e à liberdade sexual e reprodutiva sem discriminação, coerção ou violência.

Somente na década de 1990, com a Conferência das Nações Unidas de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo (1994), e a Conferência Internacional da Mulher de Pequim (1995), foram reconhecidas, no âmbito internacional, que as restrições legais e políticas impostas à autonomia reprodutiva violam os direitos humanos, em especial, os direitos das mulheres. As Nações Unidas reconheceram, ainda, que essas restrições são desfavoráveis ao desenvolvimento econômico e humano das populações, e recomendaram reformulações nas leis e políticas públicas, que garantam o direito das pessoas à não intervenção em suas escolhas individuais relativas ao exercício da reprodução e sexualidade e o acesso às informações e aos meios adequados para o exercício da autonomia sexual e reprodutiva, com especial atenção para a vulnerabilidade feminina. Recomendaram, ainda, a formulação de leis e políticas de equidade, que incluíssem a defesa dos direitos das mulheres e atribuíssem responsabilidades sexuais e reprodutivas aos homens, como elementos essenciais para alcançar a igualdade e a justiça nas relações de gênero.

Com tantas dificuldades e preconceitos aqui descritos, percebe-se o sentimento de insegurança em que uma trabalhadora de carteira assinada tem dentro de si, podendo perder tudo que conquistou na vida profissional em função da maternidade. Todavia, não podemos nos privar de tal realização. Por mais que não tenhamos uma legislação específica que dê garantias trabalhistas à oficial da Marinha Mercante que engravida, é preciso reunir forças e continuar nessa luta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise efetuada neste trabalho levou-me a tecer diversas considerações com respeito da mulher a bordo, em especial as Oficiais. Durante minhas pesquisas, pude perceber a dificuldade de definir a importância da mulher na Marinha, pois sendo este um tema recente, ainda é pouco discutido se compararmos com as análises feitas em outras áreas, que apontam um crescimento significativo de trabalhos acadêmicos sobre a mulher no Brasil e no mundo. Nesse contexto espero ter contribuído para o debate a respeito da extensão de direitos e da participação profissional feminina na área, comparando as condições de trabalho da mulher de uma maneira geral e contando um pouco de sua história no mundo e no Brasil.

As mudanças às quais ocorreram após a inserção da mulher no lugar onde só o homem ocupava, comprova o quanto foi essencial a sua entrada, pois com isso a mulher levou harmonia ao convívio social, na medida em que elas se esforçaram para manter um bom relacionamento com as outras pessoas. Sempre em busca do bem-estar no trabalho, atenciosas e dedicadas com suas funções, elas rompem paradigmas e derrubam barreiras contra o preconceito dentro da Marinha Mercante.

Hoje em dia, para ser uma boa profissional não é uma tarefa fácil. Ser mulher e mercante ao mesmo tempo é para quem tem disposição e vontade de vencer na vida, elas mostram o seu trabalho para àqueles que nunca acreditaram, superam as dificuldades e alcançam sempre as suas metas. Isto é um marco na história da Marinha Mercante, no qual as mulheres estão ganhando confiabilidade para mostrar suas qualidades a bordo.

Devido a casos de tentativas de abuso e preconceitos, é necessário que a mulher tenha uma boa conduta e postura a bordo, sabendo se impor para que as pessoas ao seu redor a enxergue como uma boa profissional, colocando limite e respeito para ser tratada como um mercante de valor e principalmente uma mulher de respeito. Além de tudo isso, é preciso persistência, para que elas continuem lutando por um direito que as promova benefícios. Embora seu ingresso não tenha muito tempo, elas representam uma minoria que acarreta orgulho pelos inúmeros êxitos obtidos e criam esperanças naqueles que acreditam em uma melhoria na Marinha Mercante.

Para minha formação, foi gratificante realizar esse trabalho, e espero que o mesmo tenha atendido as expectativas esperadas e venha contribuir para os

propósitos, que a comunidade marítima deseja, de melhoria e aperfeiçoamento das condições de trabalho do Ensino Profissional Marítimo.